

Nuno Castro Luís*

O último Marquês de Marialva – um embaixador na Europa de Viena

R E S U M O

O Congresso de Viena procurou uma nova ordem e equilíbrio entre as Nações, por forma a cessar alguns conflitos anteriores e reequilibrar as diversas potências. No caso português, e apesar da distância, o futuro Rei D. João VI procurou que os seus enviados tudo fizessem para não deixar de pertencer ao grupo das nações mais importantes. Para conseguir afirmar-se não bastaria estar representado oficialmente nas mesas do Congresso, sendo fundamental preparar um contexto, através de diligências paralelas, que mantivessem a sua consideração por parte dos restantes países.

A vida de D. Pedro Vito de Meneses Coutinho, 8º Conde de Cantanhede e 6º Marquês de Marialva, embaixador ao serviço do Príncipe Regente desde 1807, permite uma perceção deste conjunto de ações que são conduzidas na Europa de Viena, demonstrativas de que o sucesso num certame internacional não envolvia, tal como hoje, apenas a representação formal durante a sua realização. Numa área como a história da diplomacia e das relações internacionais, o estudo dos casos concretos, dos indivíduos, das dificuldades negociais por si sentidas num tempo de difíceis comunicações, do protocolo e dos códigos utilizados, torna-se indispensável para uma melhor caracterização sociológica, social, cultural e política dos contextos que se pretendem trabalhar. Palavras-chave: Marialva; Congresso de Viena; Negociações; D. João VI.

A B S T R A C T

The Congress of Vienna imposed a new order and balance among Nations to stop previous conflicts and rebalance the powers. In the Portuguese case, and despite the distance, the future King João VI made all the efforts, using the ambassadors, to belong to the group of the most important ones. To be able of that it was not enough to be officially represented at the tables of the Congress; it was also indispensable to prepare a context through parallel actions, in order to maintain the consideration by the other countries.

The life of Pedro Vito de Meneses Coutinho, 8th Count of Cantanhede and 6th Marquis of Marialva, ambassador of the Prince Regent since 1807, allows the perception and the importance of this set of actions that were conducted in Europe. His biography shows that then, as today, the success of an international event did not involve only the formal representation.

In history of diplomacy and international relations, the study of specific cases of individuals, negotiating difficulties, protocols and codes used is essential for better sociological, social, cultural and political characterization of the contexts that we want to work.

Keywords: Marialva; Congress of Viena; Negotiations; D. João VI

* Investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A Europa resultante do Congresso de Viena assumiu-se como sendo capaz de diminuir os anteriores conflitos que lhe deram origem. Através da imposição de uma nova ordem e equilíbrio entre as Nações, em parte devido às negociações efetuadas durante os trabalhos da magna reunião, procurou obter-se consequências imediatas para a paz mundial e para o posicionamento internacional das diversas potências.

Portugal, com a família real sediada no Rio de Janeiro, fez-se representar na medida do que lhe era possível, mas a historiografia nacional e internacional nem sempre tem dedicado uma especial atenção ao esforço que alguns diplomatas empreenderam, antes e após o Congresso, por vezes através de diligências efetuadas à margem dos trabalhos, na afirmação europeia de um reino cuja corte estava, de forma inédita, permanentemente na América do Sul.

Apesar da distância, D. João e o seu grupo de Ministros e Secretários foram acompanhando a situação política europeia, ao tempo do Congresso. Utilizando os seus enviados diplomáticos, procurou a melhor forma de não deixar de pertencer ao grupo das nações que ainda poderiam ter uma palavra a dizer nestes novos tempos conturbados. Para conseguir afirmar-se não bastaria a Portugal estar representado oficialmente nas mesas do Congresso, sendo fundamental preparar um contexto que mantivesse a sua consideração como potência. Foi essa a função do Marquês de Marialva.

Conhecer a vida de D. Pedro Vito de Meneses Coutinho, 8º Conde de Cantanhede e 6º Marquês de Marialva, embaixador ao serviço do Príncipe Regente desde 1807, poderá contribuir para uma perceção de um conjunto de diligências paralelas que foram conduzidas na Europa, a que poderemos designar por Europa de Viena, imediatamente anteriores e contemporâneas ao Congresso, demonstrativas de que o sucesso num certame internacional não envolvia, tal como hoje não envolve, apenas a representação formal durante a sua realização.

O esboço biográfico que apresentamos insere-se num conjunto de trabalhos de análise histórica das elites que, em Portugal, quer por condicionantes de correntes historiográficas vigentes, quer por contextos políticos existentes, não teve grande acolhimento até há muito pouco tempo.¹ Contudo, numa área como a história da diplomacia e das relações internacionais,

¹ O estudo biográfico de diplomatas, em Portugal, não teve grande desenvolvimento até à última década do século XX. Os vários exemplos que podem ser apontados são esparsos e não obedeceram a um movimento historiográfico sistematizado que procurasse inserir o estudo da vida dos embaixadores numa História Diplomática e das Relações Internacionais, mesmo que alguns tenham sido trabalhos académicos. Assim, Edgar Prestage escreveu biografias de D. Francisco Manuel de Melo (1914), de Frei Domingos do Rosário (1916) e de António de Sousa Macedo (1916); Eduardo Brasão escreveu a biografia do Conde de Tarouca (1936); Virgínia Rau estudou Tristão de Mendonça Furtado (1958); Maria Alcina Ribeiro Correia estudou a vida do embaixador Marquês de Pombal (1965); Maria Rosário Themudo Barata escreveu sobre Rui Fernandes de Almada (1967); Teresa Maria Schedel de Castello Branco debruçou-se sobre a vida do Marquês de Sande (1971); Maria Margarida Garcêz escreveu a biografia de João da Silveira (1974); Joaquim Veríssimo Serrão sobre o Marquês de Pombal (1982). Foi na última década do século XX que, de uma forma mais sistemática, apareceram mais trabalhos de cariz biográfico sobre diplomatas portugueses: Carlos Ary dos Santos escreveu sobre Francisco de Andrade Leitão (1990); Isabel Maria Cluny escreveu sobre D. Luís da Cunha (1999) e sobre o Conde de Tarouca (2006); Maria Rosalina Delgado trabalhou a vida de José da Cunha Brochado (2000); Norberto Ferreira da Cunha escreveu a biografia de José da Cunha Brochado (2001); André Mansuy-Diniz Silva analisou a vida de Rodrigo de Sousa Coutinho (2002); Ana Maria Leal de Faria doutorou-se com a biografia de Duarte Ribeiro de Macedo (2005); Maria de Fátima Bonifácio escreveu sobre a vida do Duque de Palmela (2006 e 2015); Paulo Lowndes Marques biografou o Marquês de Soveral (2009). Destaca-se, igualmente, o estudo prosopográfico elaborado por Ana Leal de Faria, a qual, com preocupações metodológicas, apresentou uma biografia resumida de vários diplomatas, desde a restauração da independência até ao Congresso de Viena (2008).

o estudo dos casos concretos, dos indivíduos, das dificuldades negociais por si sentidas num tempo de difíceis comunicações, do protocolo e dos códigos utilizados, torna-se indispensável para uma melhor caracterização sociológica, social, cultural e política dos contextos que se pretendem trabalhar.²

Em Portugal não têm sido muito abundantes os estudos académicos, ou outros, relativos à História da nossa diplomacia e, muito menos, dos nossos diplomatas, cujas biografias, conforme conseguiram comprovar, já no século XXI, Ana Leal de Faria³, nos seus estudos prosopográficos, ou Pedro Cardim⁴, nos seus estudos de caracterização sociológica, muito permitem concluir quando às realidades subjacentes aos processos de decisão, bem como à importância de aspetos paralelos e complementares àqueles a que tradicionalmente se dava importância. Perceber a proveniência de um embaixador, o seu perfil sociocultural, as razões da sua escolha, as opções que tomou em determinados negócios, a forma e os instrumentos de que se socorreu, o impacto do que foi fazendo, muitas vezes sem obter oportunamente as instruções que tardavam em chegar, pode revestir-se de um interesse indispensável à compreensão de um determinado acontecimento histórico. Neste sentido, a biografia de um diplomata vai muito para além da sua própria linearidade, revestindo um interesse de caracterização sociocultural e histórica do momento em que se insere.⁵ Trata-se, na esteira de François Dosse, de recorrer à biografia como instrumento de uma história social e política renovada.⁶

Foi com este sentido que se entendeu útil analisar a vida do último Marquês de Marialva, bem como o contributo que deu para o posicionamento de Portugal na Europa de Viena. Assim, pretende-se perceber qual a origem familiar do Embaixador, bem como a sua formação cultural e experiência militar, fatores essenciais na sua escolha como negociador de diversos casamentos para a família real portuguesa, na primeira metade do século XIX. Com a análise das suas diversas missões diplomáticas, das respetivas dificuldades nas negociações e dos mecanismos simbólicos de demonstração de poder, por si utilizados, pretende-se partilhar a dificuldade que um Embaixador tinha na condução do processo negocial. Procurar-se-á, igualmente, realçar a importância que as diligências paralelas ao Congresso, conduzidas pelo último Marquês de Marialva, tiveram para preparar um contexto favorável à consideração de Portugal como potência, na Europa.

Para a realização deste estudo recorreu-se essencialmente a instruções e correspondência diplomática, disponíveis no fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Arquivo

² M. Victória López-Cordón Cortezo, “Cuestiones Metodológicas de História Diplomática: el modelo español a finales del antiguo régimen”, in *Diplomatas e Diplomacia, Retratos, Cerimónias e práticas*, coord. Zília Osório de Castro (Lisboa: Livros Horizonte, 2004), 101-102.

³ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz, A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815* (Lisboa: Tribuna da História, 2008), 45 e 84-98.

⁴ Pedro Cardim, “Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII”, in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa: IIª série, volume XV, 2002), 47-86; Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime: Perfil sociológico e trajetória”, in *Optima Pars, Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*, Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim (Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005), 282-322.

⁵ Ana Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo, um diplomata moderno 1618-1680* (Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005), 29.

⁶ François Dosse, *El arte de la biografía* (Ciudad de México, Universidad Iberoamericana, 2011), 251.

Nacional da Torre do Tombo, bem como a documentos constantes do Arquivo Histórico Militar, da Biblioteca Nacional de Portugal e do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa.

I. Vida e formação

a) Uma família da nobreza: juventude e formação

O contexto social e familiar de D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, 6º Marquês de Marialva, pode ser compreendido através de dois vetores essenciais: a nobreza e a carreira militar.

D. Pedro adveio de uma família com nobreza de sangue, os Menezes, com grandes tradições na corte, a qual ganhou relevância na altura da Restauração, pelo apoio dado a D. João IV.

O primeiro Marquês de Marialva, D. António Luís de Menezes (1657 (?) – 1675), foi um dos mais importantes conjurados de 1640⁷ e provinha de uma longa linha de nobres, já que era descendente, como refere o Conde da Ericeira, “do Conde Gonçalo de Menezes, irmão da Rainha D. Leonor, e contava de varonia vinte e sete ilustríssimos avós”.⁸

Numa obra impressa em 1674, um panegírico ao 1º Marquês de Marialva, escrito por D. Fernando Correa de La Cerda, Bispo do Porto, oferecido ao seu primogénito, indica-se que “o seu nono avô” fora “Dom João Afonso de Albuquerque”.⁹

Tendo participado nas Guerras da Restauração,¹⁰ D. António Luís Menezes foi nomeado Coronel, no 1º de Dezembro de 1640, quando se realizou a aclamação de D. João IV.

A linhagem dos Marqueses de Marialva foi sempre muito prestigiada, tendo estado sempre ligada à arte equestre. Assim, D. Pedro de Menezes Noronha Coutinho, 4º Marquês, ao tempo de Marquês de Pombal, foi nomeado Estribeiro Mor da coudelaria real de Alter do Chão, tendo marcado um estilo muito próprio de tratar e montar os cavalos, ainda hoje conhecido como “montar à Marialva”.¹¹ O seu prestígio foi tal que várias obras da especialidade referem-no ou são-lhe dedicadas.¹²

⁷ Dom Luís de Menezes (Conde de Ericeira), *História de Portugal Restaurado*, Tomo I (Porto: Civilização Editora, 1945 - original de 1710), 123.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ D. Fernando Correa La Cerda, Bispo do Porto, *Panegyrico ao Excellentissimo Senhor D. António Luís de Menezes, Marquês de Marialva* (Lisboa: Oficina de Joam da Costa, 1674), 57. A proliferação de panegíricos e outros textos laudatórios a personagens tinha por função potenciar o enaltecimento da Casa respetiva. Nesse sentido vide Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes* (Lisboa: INCM, 2003), 97-99.

¹⁰ Gabriel do Espírito Santo, *Restauração 1640/1668* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, Quid Novi, 2009), 45-46.

¹¹ “Marialva pode ser considerado como o maior nome da equitação portuguesa. Foi (...), no século XVIII, um mestre tão brilhante que os melhores equitadores contemporâneos se gabam, ainda hoje, e muito justamente, de praticar a equitação “à Marialva”, *Newsletter Equisport – cavalos, equitação e desporto equestre*, Maio/Junho 2012, (disponível em www.equisport.pt, consultado em 22/05/2012).

¹² Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), João Borges Quaresma de Andrade (Alphonse Grine de Prévile), *Ciência da Cavalaria, que contém o juízo do homem de cavallo, ou o modo de ensinar os cavallos tanto para a guerra, como para os festejos e para a pompa*, s/d, manuscrito (cota: F.R. 1387). Uma das obras de equitação mais conhecidas do século XVIII foi *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria*, de Manoel Carlos de Andrade, Picador da Picaria Real de Sua Majestade Fidelíssima, de 1790, oferecida ao rei D. João V. Este livro contém várias indicações sobre a forma de melhor ensinar e montar cavalos, com um conjunto de 93 gravuras, sendo que seis delas representam o Marquês de Marialva, em diversos cavalos, com uma postura de grande equilíbrio, apesar de já não ser jovem, a aplicar as suas técnicas. Manoel Carlos de Andrade, *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria* (Lisboa, Regia Officina Typográfica, 1790), 133.

Os Marqueses de Marialva ocuparam, igualmente, cargos de cariz político. Assim, D. Diogo José de Vito, o 5º Marquês de Marialva, foi, tal como o seu pai, Estribeiro Mor, Gentil-homem e membro do Conselho de Estado. É pois no meio de uma família aristocrática, ligada às armas e à arte equestre, bem como a cargos de Estado, que nascerá o último Marquês de Marialva.

D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho nasceu em 1775, no mesmo dia dos seus progenitores, o Marquês D. Diogo e a Marquesa D. Margarida Caetana da Lorena: 15 de Junho. Quem o explicita é Beckford que, no seu Diário, refere que o dia “15 de Junho é uma grande festa da família: o dia do aniversário do Marquês, da Marquesa e do seu herdeiro D. Pedro”.¹³

Sendo o único filho rapaz dos Marqueses, e consequentemente o seu principal herdeiro, D. Pedro irá ter uma educação cuidada e protegida. Desconhecendo-se referências ao seu nascimento, para além da data, e da sua infância, as principais indicações quanto à sua juventude encontram-se nos textos de Beckford, com quem manteve uma ligação de proximidade.

Beckford chegou a Portugal em 1787, tendo encontrado D. Pedro com a idade de onze anos. É, pois, a partir desta data que se poderá, através dos seus relatos, fazer uma melhor caracterização do 6º Marquês de Marialva enquanto jovem.

Começamos pela sua aparência. Segundo Beckford, o jovem D. Pedro era “um adolescente não de todo deselegante mas desfigurado por um absurdo rabicho.” Não podendo deixar de se ter em conta os aspetos emocionais que irão envolver Beckford e o jovem Marialva, os quais poderão ter influenciado as suas descrições do adolescente, “D. Pedro [...] tem um ar muito enfestado e débil, e uma cara tão comprida que parece vista no fundo de uma colher”. O aspeto frágil de D. Pedro é, por diversas vezes, referido. Assim, nos registos relativos a 23 de Junho, diz-se que “é uma criança fraca”.¹⁴

Este aspeto poderá ter sido uma consequência da sua educação muito circunscrita à casa, onde os seus mestres se deslocavam para lhe ministrarem lições. Logo quando Beckford o conheceu, D. Pedro, com onze anos, apareceu rodeado de preceptores, clérigos, músicos e mestres de esgrima. O inglês, constatando que o rapaz nem sequer podia vir à varanda recebê-lo, refere que “o pobre pequeno é educado o mais possível dentro de casa e estritamente. Vive num espaço acanhado e obrigam-no a trabalhos forçados, com uma média de oito a nove lições por dia”. Por comparação com a educação britânica, critica a educação que os mestres e os pais lhe davam pois, em vez de o encorajarem a remar no rio, a jogar “cricket”, ou a correr no jardim com as crianças da sua idade, “passa a vida engaiolado com um rebanho de amas desdentadas e de inválidos capelães, todos a trabalhar para o mesmo fim, que é apoucar-lhe o espírito com ameaças e orações”.¹⁵

Torna-se indubitável verificar que, um pouco por toda a Europa, despontava a cultura das Luzes, havendo uma forte reação por parte das famílias mais conservadoras a que tais princípios fossem incutidos nos seus filhos. Em Portugal, mantinha-se uma educação assente maioritariamente nas bases da religião católica, não sendo o herdeiro da casa Marialva exceção.

¹³ William Beckford, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009), 62.

¹⁴ *Idem, ibidem*, 70.

¹⁵ *Idem, ibidem*.

No sermão que se fez a propósito da morte de D. Pedro, esta predominância pode ser constatada quando se refere a sua educação na adolescência.¹⁶

O tratamento dado pelo pai, D. Diogo, ao seu filho, porventura consequência da sua formação militar, também não permitia uma grande expansividade do jovem, dizendo Beckford que “o pai trata-o muito asperamente, subjugando o pouco de energia que nele há com palavras duras e olhares severos”.¹⁷

O jovem Marialva gostava bastante de livros e de música, podendo mesmo afirmar-se que a sua educação era melómana. O acesso da família Marialva a eventos culturais era frequente, sendo vulgar a existência de noites culturais nos palácios da família.

Na Biblioteca Nacional de Portugal existe uma partitura original de uma “Missa a 4 vozes”, do Maestro e Compositor José Luís da Silveira, com a indicação “para se cantar na Festa do Senhor Jesus, em Marvilla, no Palácio do Exmo. Senhor Marquês de Marialva”.¹⁸

A orquestra da capela da Rainha de Portugal, considerada por Beckford como a melhor da Europa, nem sequer ultrapassada pela do Papa, acompanhava a família real para todo o lado, até mesmo para as caçadas. “Os violinos e violoncellos de Sua Magestade são todos de primeira ordem, e em flautas e oboés, a sua ménagerie musical não tem rival”, refere Beckford, satisfeito por poder ter acesso a esta orquestra por intermédio dos Marialva.¹⁹ Em casa de D. Pedro, a música fazia parte do quotidiano, estimulando-o para o seu interesse cultural, muitas vezes evidenciado durante as suas futuras missões diplomáticas.

b) Experiência militar

D. Pedro teve uma relevante carreira militar, a qual iniciou alistando-se no exército, em 24 de Dezembro de 1786, como cadete do Regimento de Cavalaria de Alcântara, no qual o seu pai era coronel e que os seus avô e bisavô tinham, igualmente, comandado.

Quatro anos depois foi promovido a Tenente Graduado, Alferes da 2ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Alcântara. Em 11 de Outubro de 1790, terá passado a Capitão agregado e, após dois anos, a Major Graduado e Capitão Efetivo daquele mesmo Regimento.²⁰

Em Outubro de 1796 foi nomeado ajudante de ordens do seu cunhado, o Duque de Lafões, sendo promovido a Tenente Coronel de Cavalaria. O 2º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, nasceu em 6 de Março de 1719. Foi irmão do 1º Duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Bragança, filho do infante D. Miguel de Bragança (filho ilegítimo de D. Pedro II com Ana Armanda de Vergé).

O Duque de Lafões era um dos mais influentes nobres do Reino, tendo possuído uma grande vitalidade até muito tarde. Beckford surpreendeu-se com essa destreza do amigo do 5º Marquês de Marialva, futuro genro.²¹ Acabaria por casar com a irmã de D. Pedro, D. Henriqueta,

¹⁶ Pedro Alcântara, *Sermão que nas exéquias do illustríssimo e excellentíssimo Marquês de Marialva pregou o P. M. Fr. Pedro de Alcântara* (Lisboa: Impressão de Alcobia, 1825), 16.

¹⁷ William Beckford, *Diário de ...*, 161.

¹⁸ BNP, José Luís Silveira, *Missa a 4 vozes*, 1795, manuscrito (cota: MM290).

¹⁹ William Beckford, *A Corte de D. Maria I* (Lisboa: Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1901), 61; William Beckford, *Diário de ...*, 176.

²⁰ Disponível em <http://www.arqnet.pt/exercito>, consultado em 22/05/2012.

²¹ William Beckford, *A Corte ...*, 107.

em 29 de Janeiro de 1788. Apesar da diferença de idades, D. Henriqueta com 16 anos e o Duque de Lafões com 70 anos de idade, deste casamento resultariam quatro filhos.

Tendo sido sócio fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa²², juntamente com José Correia da Serra, em 1779, exercerá, igualmente, funções no Conselho de Estado. Apesar de, em 1801, se retirar para o seu Palácio do Grilo, com o intuito de se dedicar à cultura e à ciência, acabará por ser chamado a intervir na Guerra das Laranjas.

A carreira militar de D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho andarà, pois, muito ligada à figura do seu cunhado. O futuro 6º Marquês de Marialva será, igualmente, sócio da Academia das Ciências, seguramente por influência do marido da irmã.²³

Esta ligação acabará por conduzi-lo à participação na Guerra das Laranjas. O Duque, apesar da sua idade avançada, foi chamado para comandar, enquanto Comandante-em-Chefe do Exército português, uma intervenção bélica defensiva face à invasão espanhola. Pouco depois da declaração de guerra, em Fevereiro de 1801, várias companhias saíram de Lisboa, com destino às zonas ameaçadas pelos espanhóis, nomeadamente o Alentejo.

Foi, pois, neste contexto que o futuro 6º Marquês de Marialva acabou promovido a Coronel do Regimento de Cavalaria de Mecklemburg, o qual conduziu desde Lisboa, com parte da sua guarnição e uma Brigada de Emigrados a soldo da Grã-Bretanha, para reforço das linhas defensivas do Alentejo. Com o fim daquela guerra, que resultou numa derrota para os portugueses, bem como na perda de Olivença, tornava-se indispensável alterar as regras jurídicas enformadoras das situações de guerra.

D. Pedro foi, então, nomeado, em 21 de Março de 1802, vogal da Junta do Código Militar, a qual tinha por missão alterar os artigos de guerra, que vinham já do tempo do Conde de Lippe, e formavam o Código Penal Militar.²⁴

Ainda nesse ano foi nomeado Diretor do Arquivo Militar para a Conservação das Cartas Militares, geográficas e marítimas, o qual viria a tornar-se, anos mais tarde, o Arquivo Histórico Militar.

Com a morte do seu pai, D. Pedro tornar-se-ia, ainda, Estribeiro Mor, cargo hereditário que, pelo menos a partir de 1803, data do falecimento do seu progenitor, certamente terá exercido.

A função honorífica de Estribeiro Mor do reino compunha-se da responsabilidade pela inspeção dos coches, liteiras, cavaliças e cavalos da casa real, bem como de todas as pessoas inerentes a estes serviços. O Estribeiro Mor acompanhava o Rei, em saídas a cavalo, calçava-lhe a espora e ajudava-o a montar e desmontar. A partir de D. Pedro II, este cargo honorífico tornou-se hereditário dentro da Casa Marialva. No Museu Nacional dos Coches é possível ver uma sela portuguesa de arreio de montada de cavalaria do Estribeiro Mor, do século XVIII, possivelmente pertencente a um dos Marialvas.²⁵

²² Rómulo de Carvalho, *D. João Carlos de Bragança, Segundo Duque de Lafões, Fundador da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987).

²³ Pedro Alcântara, *Sermão...*, 17.

²⁴ Disponível em <http://www.arqnet.pt/exercito>, consultado em 22/05/2012.

²⁵ Esta sela dita à portuguesa, catalogada com o nº A 0029, tem 45cm de largura e 56 cm de comprimento, é uma espécie de coxim fundo, de abas de corte direito, alta no cepinho e com uma golilha pronunciada; para segurança do cavaleiro, o coxim era feito por forma a que o cavaleiro pudesse encostar as coxas, forrada de veludo carmesim, agalado a ouro, com motivos de folhas de videira e uvas. Presa à traseira da sela existe uma pequena almofada para proteger o cavalo do roçar da fivela. (Disponível em <http://matriznet.imc.pt>, consultado em 22/05/2012).

II. Missões diplomáticas

a) Primeiras missões como embaixador: enviado a Napoleão

A atividade de D. Pedro como embaixador iniciou-se em 1807, com a designação para partir para Paris, num momento muito conturbado da história da Europa. Se é certo que para alguns esta missão era mais um castigo do que um reconhecimento dos seus méritos,²⁶ Marialva acabou por revelar-se com perfil adequado a tal função de negociador. Apesar de estar destinado a ser o “diplomata casamenteiro”²⁷, em difíceis negociações, envolveu-se, igualmente, noutras questões, como a da Guiana, tendo um desempenho muito elogiado por quem consigo privava.²⁸

O Marquês de Marialva iniciou as suas funções com a tentativa de estabelecer uma união matrimonial entre D. Pedro, filho de D. João, ainda regente, e uma familiar de Napoleão Bonaparte.

Em Portugal, a defesa de uma neutralidade perante as pressões das duas grandes potências, França e Grã-Bretanha, era cada vez mais difícil. Apesar das diversas tentativas, as imposições de Napoleão não eram articuláveis, pelo Regente, com as relações económico-políticas que Portugal não podia deixar de manter com Inglaterra.

Foi neste contexto que, ao saber, em 27 de Outubro de 1807, que o seu embaixador em Paris, D. Lourenço Lima, fora intimado a abandonar a capital francesa²⁹, com um ultimato de Bonaparte, o regente procurou utilizar um instrumento de negociação por excelência: o casamento.

A incumbência recaiu em Pedro Vito de Meneses Coutinho, futuro Marquês de Marialva, conforme carta patente emitida por D. João, no Palácio Nacional da Ajuda, logo no dia seguinte, assinada pelo Regente e pelo Ministro Conselheiro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. António Araújo de Azevedo, dirigida ao próprio imperador. Em instruções secretas ao Marquês de Marialva, referia-se, expressamente, a intenção de propor o casamento de um elemento da família real portuguesa com alguém da família imperial³⁰.

Este casamento, por uma questão estratégica, deveria ser com D. Pedro de Alcântara, pois só esta união matrimonial garantiria a paz em Portugal, por parte de Napoleão. O casamento de uma das filhas do regente português com alguém da família do Imperador não seria condição bastante para afastar os ímpetos de controlo de Bonaparte, tanto mais que um filho dessa relação poderia ser, mais tarde, imposto ao trono português contra o legítimo sucessor.³¹ A única forma de garantir o apoio do Imperador a Portugal e a manutenção da sua autonomia seria permitir

²⁶ Invoca-se aqui as teses que consideram ter sido esta uma estratégia para afastar o Marquês da presença de D. Carlota Joaquina e do seu pretense filho, D. Miguel. Se Marialva estivesse em Portugal, no momento da ida da corte para o Brasil, tendo em conta os seus cargos, teria sido mais um dos nobres a partir. Na verdade, D. Pedro só vem a saber desta partida quando já se encontra em Espanha. Nuno Gonçalo Monteiro, *O crepúsculo dos Grandes*, 197.

²⁷ Luiz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, s/d), 53.

²⁸ Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil* (Rio de Janeiro: ACD, 2008), 354-359.

²⁹ Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953), 172.

³⁰ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Carta patente, dirigida a Napoleão Bonaparte, de 7 de Novembro de 1807, e Instrução secreta ao Marquês de Marialva sobre casamento com familiar de Napoleão, de 13 de Novembro de 1807, *MNE*, Livro 186.

³¹ A ideia de uma aliança com Napoleão através do casamento fora já admitida por Francisco Maria Brito que, em Abril de 1807, em missiva escrita de Paris a D. João VI, indicava que esse tipo de política deveria ser utilizada por Portugal, nomeadamente para diminuir a importância de Espanha; ANTT, *MNE*, Livro 582.

que a família imperial tivesse uma presença direta no trono português, mantendo-se a linha de sucessão inalterada.

Segundo Ângelo Pereira³², o Marquês de Marialva levou, ainda, um conjunto de diamantes para oferecer a Napoleão e a outras figuras da corte. Para Luíz Norton, o diplomata fora enviado com milhares de cruzados em diamantes e uma proposta para casamento de D. Pedro com uma filha de Murat³³.

Com a celebração do Tratado de Fontainebleau as tropas francesas dirigiram-se a Espanha e o Marquês de Marialva foi apanhado por esta nova realidade, não sendo capaz de seguir para Paris. Tendo-lhe sido levantados problemas formais, relativos ao seu passaporte, que mais não seriam do que um recurso espanhol para impedir o prosseguimento da viagem, não lhe foi possível seguir para Paris.

Assim, no dia 21 de Novembro, escreveu de Elvas a António de Araújo Azevedo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, dizendo-lhe que, logo que chegara àquela Praça, solicitara ao respetivo Governador Interino que escrevesse ao Governador de Badajoz, para saber se o seu passaporte para Paris já estaria na sua posse, informando ainda que, “por me persuadir de que não será conveniente retardar a continuação da minha jornada, porcigo-a, ao menos, athé Madrid”³⁴.

Em ofício datado de 20 de Novembro, o Conde de La Torre del Fresno, Governador de Badajoz, negou ter recebido qualquer passaporte para que o Marquês de Marialva pudesse dirigir-se à Corte de Paris, informando que D. Pedro Meneses Coutinho poderia continuar a sua marcha mas como cavaleiro particular e apenas em Espanha³⁵. Curiosamente, no processo individual, presente no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, consta um documento que refere ter sido o referido passaporte emitido em 7 de Novembro³⁶. Assim, torna-se plausível que o referido passaporte ainda não tivesse chegado a Badajoz, podendo, igualmente, consubstanciar uma dificuldade provocada pelas autoridades espanholas para não permitir a deslocação de cidadãos portugueses para França.

Com o novo contexto político, e encontrando-se o Marquês de Marialva já com os seus planos de ida para Paris bem definidos, apesar do impedimento em o fazer como fora delineado antes, acabará por pedir autorização para manter a sua viagem, tanto mais que pretendia aproveitar a cidade para se cultivar.³⁷

b) Enviado a Luís XVIII e ao Czar Alexandre I, da Rússia

Em Junho de 1812, Napoleão invadiu a Rússia, com a “Grande Armée”. Alexandre I conseguiu resistir e o ano de 1812 tornar-se-á simbólico para os russos. Alexandre I irá assumir um papel muito importante e decisivo no Congresso de Viena, em 1815, acabando por tornar-se

³² Idem, *ibidem*.

³³ Luíz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil...*, 52.

³⁴ Excerto de carta enviada pelo Marquês de Marialva a António de Araújo Azevedo, de Elvas, em 21 de Novembro, de 1807, publicada por Ângelo Pereira, *op. cit.*, 172-173.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Regimento: Em 11 d Novembro de 1807 se expediu Passaporte a favor do Marquês de Marialva, nomeado Embaixador extraordinário junto de Sua Magestade o Imperador dos Francezes e Rei de Itália. Referendado por Pedro Francisco Maria de Brito. Arquivo Histórico Militar de Lisboa, “Processo individual do Marquês de Marialva”, Cx 657.

³⁷ “Processo individual do Marquês de Marialva”, Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657.

muito popular em toda a Europa, com a sua política da Santa Aliança, procurando estabelecer a paz e a cooperação entre todos os monarcas.

É neste contexto que a sua irmã, Anna Pavlovna, irá ser objeto de grande interesse para alianças matrimoniais. Assim, antes da invasão à Rússia, o próprio Napoleão procurou casar-se com a irmã do imperador russo; D. Fernando VII, de Espanha, procurou, igualmente, esta união, antes de casar com a Infanta portuguesa; D. João procurou o casamento de Anna com o seu filho, D. Pedro.

No que concerne a Portugal, o interesse era, simultaneamente, económico e político. As relações económicas e comerciais com a Rússia tinham sofrido um revés, com o Bloqueio Continental, que limitara a circulação marítima e impedira o fácil acesso àquele longínquo país. Por outro lado, era imprescindível alterar o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, celebrado em 1798, que não só fora assinado antes da abertura dos portos do Brasil, como já se mantinha em vigor ao abrigo de uma cláusula de prorrogação. Nesse sentido foram as instruções para a negociação de um novo tratado, de 16 de Junho de 1814, dirigidas a António Saldanha e assinadas pelo Marquês de Aguiar³⁸.

Finalmente, havia interesse em ter acesso ao comércio com a Turquia, não só pela possibilidade de ligação ao comércio com o oriente, como, igualmente, para manter as ligações às possessões nacionais na Índia, menos facilitadas com o controlo do atlântico sul, quer por franceses, quer por ingleses, quer mesmo por espanhóis. Como se referiu, a influência geoestratégica da Rússia sobre o leste da Europa e sobre o acesso ao Médio oriente era assinalável. Nas instruções ao Marquês de Marialva, enquanto embaixador extraordinário para cumprimentar Alexandre I e Luís XVIII, emitidas no Palácio do Rio de Janeiro, assinadas pelo Marquês de Aguiar, esse interesse é expressamente mencionado³⁹.

Quanto ao interesse político, destaca-se a importância que o imperador Alexandre I assumira em toda a Europa, contra Napoleão, sendo, por isso, um excelente aliado na afirmação estratégica do Reino Unido de Portugal e Brasil, no mapa das diversas potências, principalmente em vésperas do Congresso de Viena.

Em 1814, Luís XVIII regressara a França. Em Paris, as grandes potências reuniram-se, não só para reconhecer o novo rei francês como, igualmente, para procurarem uma nova solução para a Europa. O Tratado de Paris, assinado em Maio de 1814, estabeleceu, no seu artigo 32º, a necessidade de um novo congresso, a realizar daí a dois meses, para estabelecer uma nova carta para a Europa, naquilo que viria a ser o Congresso de Viena⁴⁰. O Marquês de Marialva foi nomeado, em 16 de Junho, por D. João, embaixador extraordinário, em Paris, para apresentar cumprimentos ao monarca francês; contudo, a outra função, e porventura a mais importante, era a aproximação ao Imperador russo, antevendo-se a importância que este iria assumir no futuro próximo. Na carta de nomeação de embaixador extraordinário, com credenciais, dirigida por D. João a Alexandre I, é possível vislumbrar esta especial consideração pelo imperador russo, pelo

³⁸ ANTT, Instruções para a negociação do Novo Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre Portugal e a Rússia, *MNE*, Livro 146.

³⁹ ANTT, Instruções da Embaixada Extraordinária do Marquês de Marialva à Rússia, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

⁴⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VII (Lisboa, Verbo, 1984), 106-109.

papel que desempenhara na libertação da Europa⁴¹. A vontade de ligação à Rússia não era, porém, nova, mesmo no que à política de casamentos diz respeito. Em instrução assinada pelo Marquês de Aguiar dá-se conta que esta intenção de ligação, mediante uma aliança matrimonial, vinha já do início do poder de Alexandre I, em 1801. Refere-se, inclusivamente, nesse documento, que já o Regente mandara instruções nesse sentido ao Marquês de Niza, D. Domingos Xavier de Lima, que fora embaixador extraordinário em São Petersburgo, entre 1801 e 1802⁴².

A escolha do 6º Marquês de Marialva parece ter reunido um conjunto de fatores essenciais para o sucesso da incumbência. Por um lado, D. Pedro Vito de Meneses Coutinho vivia em Paris, conhecendo bem os meandros da corte francesa; por outro lado, a sua cultura e preparação intelectual, conjugadas com a sua experiência militar pretérita, habilitavam-no a poder intervir junto do imperador russo e do novo rei francês. Como adiante se referirá, o Marquês teria a incumbência expressa de acompanhar Alexandre I para o cenário de guerra, caso fosse necessário, pelo que a sua formação e graduação militar revelavam-se essenciais.

Tendo em conta a idade de D. Pedro de Alcântara, tornava-se importante assegurar que o casamento do futuro rei fosse suficientemente estratégico, no que concerne à autonomia desejada de Portugal e do Brasil. A Rússia apresentava-se, pois, como uma opção privilegiada, não só pelo poder que tinha no equilíbrio das potências europeias como, igualmente, pelas possibilidades económicas que oferecia no leste europeu e oriente.

Nas instruções ao Marquês de Marialva, refere-se claramente a intenção de fazer uma proposta de casamento com Anna Pavlovna, irmã do Imperador⁴³. A importância deste casamento era tal que, para além do secretismo inerente, também António Saldanha da Gama fora incumbido de o tratar, em caso de alguma impossibilidade do Marialva. O Marquês deveria pedir, a Alexandre I, a recomendação dos plenipotenciários portugueses no Congresso (presume-se que no de Viena, uma vez que a realização do mesmo já fora decidida pelo Tratado de Paris, em 30 de Maio) e a sua mediação nos negócios concernentes à Monarquia Portuguesa. Tinham sido nomeados plenipotenciários, ao referido Congresso, D. António Saldanha da Gama, Conde de Palmela, e D. Joaquim Lobo da Silveira. Nessa mesma instrução solicitou-se ao Marquês de Marialva que se correspondesse com eles, naquilo que excedesse as negociações para que tinha poderes. Referia-se, ainda, no que concerne a fazer um Tratado de Paz e Comércio com a Porta Otomana, a necessidade de obter o acordo e a mediação de Alexandre I, indicando-se que instruções idênticas teriam sido já dadas no passado a Rodrigo Navarro de Andrade, embaixador em São Petersburgo, entre 1805 e 1811.

Este casamento seria, pois, essencial na estratégia política e económica de Portugal. Tratar deste negócio tinha custos e o Marquês de Marialva, em consequência, foi autorizado a utilizar, como ajuda de custo, uma quantia de doze contos de réis, a qual seria abonada pela Administração de Fundos da Real Fazenda, na Corte de Londres⁴⁴. O embaixador procurará, de forma recatada, tratar dos negócios de que fora incumbido, primeiro em Paris e, posteriormente, em Viena, onde

⁴¹ ANTT, Carta de nomeação e credenciais do Marquês de Marialva, emitida por D. João VI e dirigida a Alexandre I, da Rússia, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

⁴² ANTT, Instruções ao Embaixador Extraordinário Marquês de Marialva, assinadas pelo Marquês de Aguiar, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

⁴³ ANTT, Instruções ao Embaixador Extraordinário Marquês de Marialva, assinadas pelo Marquês de Aguiar, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

⁴⁴ ANTT, Documento de autorização de crédito ao Marquês de Marialva, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

Alexandre I se deslocara por causa do Congresso. Aliás, o seu empenho e “eficaz cooperação que (...) prestou aos nossos plenipotenciários ao Congresso nos diferentes negócios, que ahi o escutarão”, foram objecto de grande reconhecimento por parte de D. João, segundo refere o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em ofício enviado ao Marquês de Marialva⁴⁵. O carácter sigiloso da sua missão é confirmado em comunicação do Marquês de Aguiar quando, em Janeiro de 1815, elogia a sua capacidade de a ocultar, nomeadamente dos ingleses⁴⁶.

Durante o Congresso de Viena, as potências europeias foram surpreendidas com o regresso de Napoleão Bonaparte, o qual dará início ao designado Governo dos Cem Dias⁴⁷. Em 19 de Julho, novas instruções deram expressão à importância de acompanhar o Imperador Russo na sua nova investida contra Napoleão. Mais uma vez, a formação militar do embaixador demonstrava-se essencial para materialmente provar a aliança portuguesa com aquela potência.⁴⁸ Esta instrução já seria tardia, uma vez que em 18 de Junho, em Waterloo, Napoleão seria definitivamente derrotado. Apesar do reconhecimento da independência portuguesa, a posição de Portugal no Congresso não seria totalmente eficiente⁴⁹. Por outro lado, o objetivo de D. João, relativamente ao casamento do seu filho, não foi alcançado pois, a irmã de Alexandre I, Anna Pavlovna, acabou por casar com Guilherme II, da Holanda. A corte portuguesa, no Brasil, reconheceu, porém, a tentativa efetuada pelo embaixador Marquês de Marialva de manter uma boa relação com Alexandre I, da Rússia⁵⁰.

c) Enviado à Corte de Viena

A estratégia de D. João, no que diz respeito ao casamento do seu filho D. Pedro de Alcântara, seu presuntivo sucessor, acabaria por passar pela Áustria, pela ligação à Casa Real dos Habsburgo. O Marquês de Marialva, embaixador, voltou a ter um papel essencial na respetiva negociação.

Em ofício dirigido ao Marquês de Marialva, proveniente do Palácio do Rio de Janeiro, em Fevereiro de 1816⁵¹, o Marquês de Aguiar informou-o que o rei português, conhecendo o embaraço ora existente, entre a Rússia e a Porta Otomana, bem como o não avanço de diligências prometidas pelo Ministro de Todas as Rússias, considerava que a via russa não estava a facilitar a conclusão de tal negociação, devendo encontrar-se uma alternativa. A ligação à Áustria era, pois, uma estratégia de afirmação de Portugal e do Brasil no contexto europeu, uma forma de manter uma relativa autonomia em relação a Inglaterra e de encontrar uma nova viabilidade de posicionamento comercial com a Porta Turca, bem como de estabelecer novas ligações em consequência da abertura dos portos de Portugal e do Brasil a todas as nações. Tendo sido nomeado embaixador em Paris e apresentado as suas credenciais a Luís XVIII, em 30 de Junho⁵², o Marquês de Marialva, em Outubro de 1816, preparava-se para um regresso a Viena⁵³.

Ainda nesse mês, em Viena, já se noticiava uma casa, qualificada como magnífica, que o Marquês de Marialva mandara arrendar por período de seis meses, naquela capital, dizendo-

⁴⁵ ANTT, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Janeiro de 1815, *MNE*, Livro 146.

⁴⁶ ANTT, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 07 de Janeiro de 1815, *MNE*, Livro 146.

⁴⁷ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz, A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, 156-157.

⁴⁸ ANTT, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 19 de Julho de 1815, *MNE*, Livro 146.

⁴⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal ...*, 108-109.

⁵⁰ ANTT, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Setembro de 1815, *MNE*, Livro 146.

⁵¹ ANTT, Ofício ao Marquês de Marialva, de 6 de Fevereiro de 1816, *MNE*, Livro 146.

⁵² BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 5 de Outubro de 1816.

⁵³ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22 de Janeiro de 1817.

-se que o embaixador era esperado a partir de dia 20.⁵⁴ Marialva só chegaria a Viena em 7 de Novembro⁵⁵. As negociações do casamento iniciaram-se com Rodrigo Navarro de Andrade, encarregado dos Negócios de Portugal em Viena, tendo a sua final discussão e ultimação sido responsabilidade do Marquês de Marialva, o qual reuniu e acordou os termos com o homem forte do Congresso de Viena: Metternich.

Estando concluído o Tratado Matrimonial, tornava-se indispensável cumprir o protocolo formal de, em audiência pública, ser pedida a mão da Arquiduquesa Leopoldina. A demonstração de que a ida da Corte portuguesa para o Novo Mundo nada afetara o seu prestígio, no equilíbrio de poder das diversas potências europeias, passava pela forma mais ou menos faustosa que o Embaixador conseguisse imprimir à sua entrada oficial, estando este ato diplomático e protocolar revestido de uma carga simbólica efetiva.

A Entrada, segundo Marialva, era uma cerimónia que tinha sido dispensada aos restantes embaixadores em Viena, mas que a natureza da sua missão exigia⁵⁶.

As descrições da Entrada, ocorrida em 17 de Fevereiro de 1817, nos jornais da época, permitem concluir sobre a pompa e o fausto que Marialva lhe imprimiu⁵⁷, digna de uma entrada real, a que associou proporcionais despesas⁵⁸, revelando a carga simbólica que as entradas dos diplomatas ainda assumiam no início do século XIX.

No dia 13 de Maio, dia do aniversário de D. João VI, bem como de outros casamentos na família, celebrou-se o casamento da Arquiduquesa Leopoldina com D. Pedro de Alcântara, por procuração, tendo o noivo sido representado pelo Arquiduque Carlos. Sendo o casamento realizado numa Corte estrangeira, o momento foi aproveitado para transmitir a imagem de riqueza e força económica do Reino através dos seus representantes, os embaixadores. É neste contexto estratégico que se deve inserir o baile que, a propósito daquela união matrimonial, o Marquês de Marialva deu, no dia 1 de Junho, na Quinta de Augarten, onde residia. À festa assistiram cerca de duas mil pessoas, da mais alta sociedade vienense. A Gazeta do Rio de Janeiro publicitou um resumo de notícias das Gazetas Inglesas, publicadas até Julho, dando destaque à notícia que nelas fora dado a este baile, demonstrando que a intenção de demonstrar esta força do Reino Unido de Portugal e do Brasil chegara, igualmente, a Inglaterra⁵⁹.

O Marquês de Marialva, bem como Rodrigo Navarro de Andrade, responsáveis portugueses pela negociação do casamento, foram agraciados, pelo Imperador austríaco, com as insígnias da Grã Cruz da Real Ordem de Santo Estevão da Hungria⁶⁰. Assim, o reconhecimento do papel essencial dos embaixadores era, igualmente, efetivado nestas ocasiões.

⁵⁴ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25 de Janeiro de 1817.

⁵⁵ Carta do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 14 de Novembro, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva, n.º 39, apud* Luíz Norton, *op. cit.*, 213-216.

⁵⁶ Carta do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 24 de Dezembro de 1816, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva, n.º 44, apud* Norton, Luíz, *op. cit.*, p. 228.

⁵⁷ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 4 de Junho de 1817.

⁵⁸ D. João VI estabeleceu, ao Marquês de Marialva, um ordenado de 19 200 \$00, bem como ajudas de custo proporcionais às despesas acrescidas da embaixada, tendo concedido, ainda, um crédito no valor de £ 10 000, e ainda autorização para sacar todas as somas necessárias. Ofício do Marquês de Marialva, de 13 de Janeiro de 1817, apud Luíz, Norton, *op. cit.*, p. 57.

⁵⁹ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 20 de Setembro de 1817.

⁶⁰ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de Setembro de 1817.

O Marquês de Marialva cumpria, assim, uma das mais importantes missões diplomáticas que lhe tinham sido confiadas.

III. Perseguições liberais e fim da carreira: últimos anos, morte e sucessão

D. Pedro morreu no dia 22 de Novembro de 1823⁶¹. Os últimos anos de vida, em Paris, não foram fáceis para o Embaixador. Desde a morte do seu pai, o 6º Marquês de Marialva e 8º Conde de Cantanhede tratava dos negócios inerentes às duas Casas, mesmo à distância. A imposição dos princípios liberais, um pouco por toda a Europa e, a partir da segunda década do século XIX, em Portugal, não facilitavam a vida de um conservador e absolutista, mesmo vivendo no estrangeiro. Ao Marquês de Marialva foi mesmo retirada a remuneração como Brigadeiro, que recebera até Março de 1821, a qual procurou recuperar através do seu procurador em Lisboa⁶².

O Marquês de Palmela, da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, considerando ser possível ser-lhe pago o que requeria, apesar de estar a exercer atividade de embaixador e não militar, escreveu ao Ministério da Guerra, em 14 de Outubro de 1823, dando o seu parecer favorável⁶³. Dias depois, do Paço da Bemposta, o Conde de Suberra, do Ministério, mandou um ofício a Joaquim Bernardino de Sena, da 2ª Repartição da Direção Militar, exigindo explicações sobre a razão do não pagamento⁶⁴. Em 13 de Novembro de 1823, como resposta a este ofício, Joaquim Bernardino de Sena respondeu-lhe que o Brigadeiro Marquês de Marialva deixara de receber o seu soldo em virtude do Aviso do Ministério de Guerra de 11 de Maio de 1821⁶⁵, o qual impunha a proibição de pagamento por ter exercido funções diplomáticas⁶⁶. Tratava-se, pois, de uma verdadeira represália de D. Pedro, enquanto regente, ao Embaixador que tanto apoiara o seu irmão e os absolutistas. Apesar de tudo ter feito para negociar o seu casamento, as razões políticas impunham-se agora com maior força. O Marquês de Marialva acabaria por falecer sem ver esta pretensão resolvida. Na verdade, em 5 de Fevereiro de 1824, o Conde de Suberra escreveu um ofício ao Marquês de Palmela, dando-lhe conta da decisão final de indeferimento⁶⁷. Em 22 de Novembro do ano anterior, porém, o 6º Marquês de Marialva e 8º conde de Cantanhede falecera, solteiro e sem descendência⁶⁸. A sua morte abria um processo de sucessão controverso, entre os seus sobrinhos, tendo grande parte do património sido herdado pela sua sobrinha, 3ª Duquesa de Lafões, a quem, desde que é conhecida a notícia do falecimento, começam a ser enviadas condolências⁶⁹.

⁶¹ Instituto de Ciências Sociais (ICS), “Demonstração do estado da Casa do Marquês de Marialva para esclarecimento dos Duques de Lafões”, Janeiro de 1824, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM042.

⁶² Requerimento apresentado por Pedro José da Silva, procurador do 6º Marquês de Marialva, a solicitar o pagamento de soldos atrasados. “Processo individual do Marquês de Marialva”, Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657.

⁶³ Ofício do Marquês de Palmela ao Ministério da Guerra, de 14/10/1823, *Ibidem*.

⁶⁴ Ofício do Conde de Suberra à 2ª Repartição da Direção Militar, de 8/11/1823, *Ibidem*.

⁶⁵ Ofício de Joaquim Bernardino de Sena ao Conde de Suberra, de 13/11/1823, *Ibidem*.

⁶⁶ Aviso do Palácio da Regência, de 11 de Maio de 1821, *Ibidem*.

⁶⁷ Ofício do Conde de Suberra ao Marquês de Palmela, de 5/02/1824, *Ibidem*.

⁶⁸ Apesar de, tal como anteriormente referido, Antónia Adelaide Bonnet ter invocado ser sua herdeira, por ter sido casada com o Marquês e dele ter tido um filho.

⁶⁹ ICS, “Carta de condolências da Câmara de Melres e seu pároco à sobrinha e sucessora do 6º Marquês de Marialva, 3ª Duquesa de Lafões, D. Ana, por ocasião da morte deste”, 1824, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM109.

Logo a seguir à notícia da sua morte deram-se as diversas diligências relativas à sucessão.⁷⁰ A determinação dos bens em sucessão, como é usual nestes casos, não foi muito fácil, tanto mais que ainda havia situações por inventariar dos bens do 5º Marquês de Marialva, D. Diogo⁷¹.

Aliás, como se pode verificar por um aviso destinado a ser publicado na Gazeta de Lisboa, houve, inclusivamente, litígios judiciais com a marquesa do Lourçal e a Marquesa de Loulé, irmãs de D. Pedro, relativamente à herança de algumas quintas, os quais envolviam a dispensa, ou não, da lei mental, fazendo com que doações pudessem ser invalidadas e contratos pendentes anuláveis⁷².

Apesar de toda esta controvérsia, os herdeiros seriam mesmo os Duques de Lafões, terminando, com D. Pedro, uma das maiores Casas Senhoriais portuguesas, a Casa dos Marqueses de Marialva⁷³, a qual ficaria para sempre ligada à vida do seu 6º Marquês, um embaixador na Europa de Viena.

Conclusão

O último Marquês de Marialva nasceu numa família com largas tradições aristocráticas, tendo tido uma educação bastante cuidada, a nível da sua erudição (literatura e música).

A sua família nobre, a sua educação e a sua experiência militar, passíveis de se incluir no perfil típico dos diplomatas do Antigo Regime, terão sido fatores preponderantes na sua nomeação como enviado diplomático a Napoleão, em 1807. Apesar de se começar a dar relevância a aspetos funcionais e de competência pessoal, a pertença a uma família nobre continuava a ser um aspeto essencial na escolha dos enviados diplomáticos.

Com a família real no Brasil, as diligências que conduzissem a um reconhecimento de Portugal na Europa, principalmente por parte dos monarcas das grandes potências, eram essenciais. Nesse sentido, as propostas de negociação de casamentos com as principais casas reais europeias demonstraram-se relevantes para que, mesmo nos trópicos, D. João não deixasse de se afirmar como um dos que contava na grande família de Príncipes europeus.

No caso do Marquês de Marialva, o negociador casamenteiro, as suas diligências iniciaram-se logo com o próprio Napoleão, no sentido de uma última tentativa de evitar as invasões francesas. Mais tarde, e já em época do Congresso de Viena, a sua função foi essencial para obter alianças com os soberanos que poderiam determinar o futuro da Europa. Nesse âmbito poderemos incluir as diligências relativas à aproximação de Luís XVIII e, essencialmente, do Czar Alexandre I da Rússia, bem como ao Imperador austríaco. Estas ligações tinham um sentido político mas igualmente económico, podendo mesmo facilitar o acesso a outras realidades importantes para a subsistência do Reino, como era o caso da eventual ligação à

⁷⁰ ICS, “Demonstração do estado da Casa do Marquês de Marialva para esclarecimento dos Duques de Lafões, visto ter terminado as suas funções de Administrador”, 1824, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM042.

⁷¹ ICS, “Declarações da 3ª Duquesa de Lafões para o inventário dos bens do 5º Marquês de Marialva, D. Diogo José Vito de Menezes, seu avô materno, quanto a dívidas ao e do casal, rendimentos recebidos e despesas”, 1832, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM045.

⁷² ICS, “Aviso para a Gazeta de Lisboa”, s/d, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM047.

⁷³ Pedro Alcântara, *Sermão que nas exéquias do illustríssimo e excellentíssimo Marquês de Marialva pregou o P. M. Fr. Pedro de Alcântara*, Lisboa, Impressão de Alcobia, 1825, pp. 6-7.

Porta Otomana, tão desejada por D. João VI, quer pelas trocas comerciais diretas, quer pela facilitação de acesso às possessões no Oriente.

As dificuldades de comunicação, a necessidade de simbolicamente demonstrar o poder real e a forma como o embaixador Marquês de Marialva procurou resolver as questões sensíveis que lhe iam aparecendo permitem perceber a importância da sua atividade diplomática, nomeadamente enquanto as decisões quanto ao futuro da Europa eram tomadas no Congresso de Viena. Assim, para obter uma situação estrategicamente favorável para Portugal não bastaria a inclusão formal nos trabalhos do Congresso, sendo indispensável a preparação de um contexto favorável através de um conjunto de diligências paralelas por si efetivadas. Ter como aliado o Imperador de Todas as Rússias e, posteriormente, o Imperador Austríaco, porventura os dois homens mais importantes daquela época, era um elemento a ter em conta no sucesso do seu reconhecimento, bem como de uma desejada independência em relação a Inglaterra. Estas diligências chegaram, inclusivamente, ao pedido de recomendação dos plenipotenciários portugueses junto do Imperador russo. A atividade diplomática, para além de uma relevância formal em atos oficiais, revestiu-se, pois, de um caráter instrumental na preparação de contextos, muitas vezes tão ou mais importantes para a política externa de um país do que os resultados diretos do Congresso.

Apesar de todo o esforço, a conjuntura política na Europa e os novos princípios liberais não foram favoráveis, quer a D. João VI, quer aos que estavam conotados com o anterior regime, e o último Marquês de Marialva acabou por sofrer um conjunto de represálias.

O estudo biográfico de diplomatas, como este que aqui se esboça, poderá, pois, contribuir para uma nova perspetiva e compreensão de alguns fenómenos políticos, como é, neste caso, a posição de Portugal na Europa resultante do Congresso de Viena.